

FERRO EXIGE QUE GOVERNO CLARIFIQUE POSIÇÃO QUANTO À GUERRA CONTRA O IRAQUE



Face às notórias divergências do discurso governamental sobre uma intervenção militar no Iraque, Ferro Rodrigues exigiu na Assembleia da República uma posição clara do Executivo. Sem ambiguidades, o PS manifesta-se contra a guerra, os ataques preventivos, defende o respeito pelo Direito Internacional e os esforços das Nações Unidas na tentativa de evitar um conflito.

► Página 3

ENTREVISTA A JORGE LACÃO

REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DEVE SER FEITA EM CLIMA DE CONSENSO

O PS propôs ao Parlamento uma reavaliação global do Código de Processo Penal, apostando na modernização e na dinamização dos institutos processuais, tendo em vista uma maior celeridade e eficácia do sistema.

O deputado Jorge Lacão disse ao "Acção Socialista" que apesar da visão excessivamente paroquial do problema que o Governo tem tido e da sua muito modesta contribuição para apresentação de verdadeiras reformas num sector fundamental como o da Justiça, o PS não desiste de servir Portugal na oposição, apresentando soluções positivas, num clima que se pretende de consenso alargado.

► Página 4

CLUBE PARLAMENTAR

VITORINO DEFENDE ESTRATÉGIA COLECTIVA DE SEGURANÇA PARA A UE

► Página 9

ENCONTRO DE AUTARCAS SOCIALISTAS

CÂMARA LENTA PARALISA CASCAIS

► Página 11

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues exigiu que o Governo clarifique a sua posição face a um eventual ataque ao Iraque, numa intervenção proferida na Assembleia da República em que ficou claro que o Partido Socialista é contra a guerra, contra acções militares preventivas e a favor do Direito Internacional.

António Vitorino foi o convidado de honra do relançamento do "Clube Parlamentar", do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, onde defendeu a gestão de fluxos migratórios como prioridade da União Europeia para uma estratégia de segurança colectiva.

Teve lugar na terça-feira passada a reunião semanal do Secretariado Nacional do Partido Socialista.

Tendo em vista a revisão do Código de Processo Penal, uma delegação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista reuniu-se em audiência com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e com o bastonário da Ordem dos Advogados.

Apesar de impedidos pelo governador civil da Guarda de se reunirem no edifício do Governo Civil, os deputados socialistas da Beira Interior mantiveram encontros de trabalho com as associações empresariais e sindicais da região.

Realizou-se no passado sábado o encontro de autarcas socialistas do concelho de Cascais, tendo o coordenador do pelouro autárquico do PS, Jorge Coelho, acusado o Governo de estar a "abafar o poder local".

Tomaram posse no passado sábado os novos órgãos dirigentes da Secção do Partido Socialista da Damaia.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

AUSTERIDADE & AUTORIDADE

ANTOONIO COLAÇO

- ESTÁ QUIETO ZÉ MANEL!
- VÁ LÁ, MANELA, É SÓ MAIS UM CARRINHO NOVO!
- TIRA-ME DAÍ AS MÃOS, ZÉ, QUE EU BEM VEJO O **CARRÃO** QUE COMPRASTE!!!
COM QUE **AUTORIDADE** É QUE VOU PEDIR **AUSTERIDADE** AO POVO?!



(Revista FOCUS, 30.1.03)

EDITORIAL

A RESPONSABILIDADE DE UM PARTIDO DOS TRABALHADORES



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

O PS não tem nem a pretensão nem a obsessão de se definir como "o" partido dos trabalhadores. Temos uma concepção ampla do que é o trabalho, nele compreendendo todas as actividades que permitem gerar e acrescentar valor e utilidade social, quer se trate de produção ou circulação, quer se trate de bens materiais ou imateriais, quer se trate de estudo, criação ou execução, quer falemos de trabalhadores formais ou informais, empregados por conta própria, por conta de outrem ou empresários, e não perdendo nunca de vista que os reformados de hoje dedicaram vidas inteiras ao trabalho. Sabemos que os trabalhadores são um universo heterogéneo, que se sentem representados e mobilizados por diferentes associações profissionais, organizações sindicais e doutrinas e partidos políticos.

Contudo, nada disto obscurece ou secundariza a opção básica e essencial dos socialistas: a favor do trabalho, como direito fundamental da pessoa humana e dimensão insubstituível da integração e da valorização social de cada um. Somos um partido trabalhista, porque somos contra os privilégios e as discriminações e a favor da recompensa do esforço, do empenhamento, da inteligência e do mérito.

Por isso, a defesa do trabalho e dos trabalhadores tem de constituir uma linha de conduta dos socialistas, em todos os momentos.

Ora, tudo prenuncia um ano extremamente difícil para os trabalhadores portugueses. A hostilidade do Governo face aos funcionários públicos e as sucessivas medidas que prejudicam os direitos dos trabalhadores da função pública, assim como a ameaça de congelamento das promoções e dos concursos e o corte nos salários reais, e as consequências do abrandamento da economia sobre o emprego no sector privado fazem-se sentir já hoje, muito negativamente, sobre muitos milhares de trabalhadores e seus familiares.

As responsabilidades do Governo são evidentes. Pela desastrosa política de retracção do investimento público; pela instigação de um clima de desconfiança e pessimismo; pelas alterações que quer introduzir na legislação laboral e, sobretudo, pelo tom

geral de desprotecção dos trabalhadores e tomada de partido pelos interesses patronais mais conservadores; pela paralisação completa das políticas activas de emprego e formação profissional que haviam sido implantadas e consolidadas pela governação socialista.

O PS tem de estar, pois, muito atento e mobilizado. Em contacto estreito com os trabalhadores e as suas organizações; vigilante e crítico perante tudo o que signifique retrocesso em política económica e social. É esse o nosso compromisso.

A hostilidade do Governo face aos funcionários públicos e as sucessivas medidas que prejudicam os direitos dos trabalhadores da função pública, assim como a ameaça de congelamento das promoções e dos concursos e o corte nos salários reais, e as consequências do abrandamento da economia sobre o emprego no sector privado fazem-se sentir já hoje, muito negativamente, sobre muitos milhares de trabalhadores e seus familiares.

IRAQUE

FERRO RODRIGUES EXIGE QUE GOVERNO CLARIFIQUE POSIÇÃO QUANTO À GUERRA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, exigiu ontem, na Assembleia da República, que o Governo clarifique a sua posição em relação a um ataque ao Iraque. Defendendo sem ambiguidades o recurso a um cenário de guerra apenas em último caso, Ferro Rodrigues considerou fundamental o respeito do direito internacional, o papel e os esforços das Nações Unidas e do seu secretário-geral na mediação do conflito e o trabalho dos inspectores que no Iraque tem investigado a existência de armas de destruição maciça.

"Todos os esforços devem ser feitos para que a paz tenha uma oportunidade e para evitar a guerra", considerou, sublinhando que o conformismo perante a fatalidade de uma guerra deve ser combatido.

Para justificar um ataque é necessário que existam provas e que haja uma total transparência, mensagem que se destina não apenas ao Iraque, mas também aos Estados Unidos. "De uma vez por todas, se há provas de que o Iraque quer dominar, intimidar ou atacar com armas de destruição maciça, se há provas



de uma ligação do Iraque à Al-Qaeda, responsável pelo inesquecível horror de 11 de Setembro de 2001, então que sejam realmente apresentadas e avaliadas na reunião prevista para 5 de Fevereiro do Conselho de Segurança". O secretário-geral do PS defendeu o caminho político diplomático que tem sido seguido pela

ONU e saudou o trabalho pela paz que tem sido desenvolvido por Kofi Annan. Neste sentido, recusou que se dê primazia a uma lógica de guerra sem que previamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas tome uma decisão e avalie detalhadamente a situação e tendo como base uma nova resolução.

"Um ataque preventivo não está de acordo com o direito internacional e poderá pôr em causa a coligação alargada contra o terrorismo internacional", considerou, acrescentando que "uma acção militar deve ser a última das soluções, depois de esgotados todos os meios políticos e diplomáticos".

O secretário-geral do PS considerou também "absolutamente essencial" que os inspectores das Nações Unidas disponham do tempo que considerem necessário, tendo em vista o objectivo de destruição total das armas de destruição maciça do Iraque, sejam elas químicas, bacteriológicas ou nucleares.

Ferro Rodrigues foi também veemente na condenação de Saddam Hussein, cujo regime descreveu como totalitário, responsável por

chacinas, torturas e por uma repressão sangrenta. Neste contexto, citou o Presidente da República, Jorge Sampaio, que recentemente considerou necessário que o Iraque "respeite escrupulosamente, sem rodeios nem manobras dilatórias, não apenas a letra como o espírito da resolução 1441, indo ao encontro das graves preocupações legitimamente expressas pela Comunidade Internacional".

Citando ainda Jorge Sampaio, afirmou que "não subestimamos o perigo da proliferação de armas de destruição maciça, nem a brutal tirania a que está sujeito o povo iraquiano, nem que o Iraque está em violação de diversas resoluções das Nações Unidas. O Iraque, todavia, não é, infelizmente, caso único em nenhuma destas três categorias. Apesar de graves, estas circunstâncias não nos autorizam a agir à revelia do direito internacional".

Para o PS, afirmou Ferro Rodrigues, o que está em causa é uma questão muito clara: "É a possibilidade de morte de milhares e milhares de pessoas, muitas delas inocentes e indefesas".

JORGE LACÃO

REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DEVE SER FEITA EM CLIMA DE CONSENSO ALARGADO

O PS propôs ao Parlamento uma reavaliação global do Código de Processo Penal, apostando na modernização e na dinamização dos institutos processuais, tendo em vista uma maior celeridade e eficácia do sistema. O deputado Jorge Lacão disse ao "Acção Socialista" que apesar da visão excessivamente paroquial do problema que o Governo tem tido e da sua muito modesta contribuição para apresentação de verdadeiras reformas num sector fundamental como o da Justiça, o PS não desiste de servir Portugal na oposição, apresentando soluções positivas, num clima que se pretende de consenso alargado.



Porquê este momento político para se proceder a alterações no Código de Processo Penal?

Porque temos feito, como é do conhecimento público, um esforço muito significativo no sentido da revisão geral dos principais institutos jurídicos do nosso ordenamento. É pertinente lembrar que na legislatura anterior, com o Governo do Partido Socialista e particularmente com o empenhamento do então ministro da Justiça, António Costa, pudemos rever profundamente alguns deles. Falo nomeadamente da reforma do Processo Civil, com a reforma da acção executiva, que este Governo adiou, mas que está, finalmente, prestes a ser publicada. Depois fizemos a reforma do próprio contencioso administrativo, que era uma matéria cuja necessidade de actualização há décadas que se vinha fazendo sentir. E agora, por fim, propomos a revisão do processo penal, na sequência, portanto, de uma verdadeira aposta na modernização dos institutos processuais. Só apostando na revisão dos nossos principais paradigmas, tendo em vista uma Justiça mais eficaz que garanta a plena realização do direito em tempo útil, como da própria realização da Justiça em si mesma, faz sentido encetar uma profunda avaliação, por um lado, das condições de efectividade do modelo processual vigente, por outro, das possibilidades do seu aperfeiçoamento.

Quais as razões que levam o PS a considerar que as normas processuais penais em vigor não dão as necessárias garantias?

Em primeiro lugar, coloca-se a questão da efectividade dessas normas. O actual Código de Processo Penal teve os seus aspectos positivamente ambiciosos, no sentido de procurar distinguir soluções processuais flexíveis, tendo em conta a natureza da criminalidade em causa, distinguindo entre criminalidade mais grave,

menos grave e procurando formas mais céleres para o tratamento de situações de criminalidade menos grave.

Há, pois, figuras processuais, como o processo sumário, o processo abreviado e o processo sumaríssimo, que permitem soluções de julgamento e investigação mais rápidas, atendendo à natureza mais ou menos grave dos crimes, ou à simplicidade da prova ou ainda à eventualidade de consensualizar com o arguido a aplicação de penas alternativas à de prisão. Ao nível daquilo que o Código designa como suspensão provisória do processo, é possível estabelecer, em crimes com moldura penal não superior a cinco anos e em que haja garantias de ressarcimento da vítima, medidas de injunção e alternativas, susceptíveis de acompanharem o processo de ressocialização do arguido. Em todo o caso, é necessário fazer a avaliação da aplicação destas medidas porque a ideia que temos a é que elas não são suficientemente efectivas. Estão consagradas no Código, mas, por alguma razão, ou de inércia ou de obstáculos ao seu recurso, não têm uma plena aplicação. Desde logo, portanto, há que tomar consciências dos limites e das potencialidades do actual Código de Processo Penal.

Este é um dos lados da questão. O outro é procurarmos ir mais longe no sentido de criar outras soluções que eventualmente possam contribuir para uma dinâmica mais efectiva do processo, sem prejuízo da fase de investigação e apuramento da verdade.

Em sua opinião, quais as normas ou áreas que têm de ser alteradas na lei?

É precisa uma reavaliação global. É esse, aliás, o sentido do projecto de resolução que o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República. Essa avaliação atravessa todos os institutos relevantes do Processo Penal, por exemplo, em matéria do estatuto e das

possibilidades de intervenção dos sujeitos processuais, à cabeça dos quais está, evidentemente, o Ministério Público como responsável institucional da investigação criminal, mas também os defensores do arguido e os assistentes da vítima cuja possibilidade de acompanhamento das várias fases processuais tem que ser reponderada para que, designadamente, seja possível que com uma contribuição mais activa da sua parte, o processo seja dinâmico.

Por outro lado, importa voltar a equacionar as várias figuras que já aludi de maior flexibilidade em julgamentos de criminalidade menos grave, bem como aprofundar soluções de cooperação, em que, uma vez ressarcida a vítima, se viabilize uma ressocialização do arguido mais expedita, combinando assim os objectivos de prevenção especial e prevenção geral com uma Justiça em tempo útil.

Acresce dizer que há matérias do Processo Penal que têm que ser ponderadas. Invoca-se com frequência a reavaliação do segredo de justiça, questões que passam por averiguar as condições de aplicação das chamadas medidas de coacção, na fase da investigação, e saber até a razão pela qual Portugal tem hoje uma elevadíssima taxa de presos preventivos, quando comparada como o número global de arguidos em cumprimento definitivo de pena.

No domínio da investigação criminal, é igualmente necessário repensar a eficácia da mesma, particularmente na articulação das modalidades da cooperação judicial.

Noutra perspectiva, é ainda urgente avaliar os vários tempos das várias fases processuais, desde a investigação até ao julgamento definitivo, encarando aqui algumas estruturas do Processo Penal, como seja saber se é viável reconverter os actuais tribunais colectivos em tribunais singulares com juizes de círculo que permitam uma maior e melhor utilização das disponibilidades humanas

ao nível dos nossos magistrados judiciais, sem prejuízo do bom direito e, portanto, também aqui equacionar todo o regime dos recursos, para conciliação entre uma Justiça eficaz com uma Justiça mesmo justa.

Como fazer, dado tratar-se de uma matéria que implica os direitos e liberdades das pessoas, para se chegar a um bom acordo relativamente à revisão que se pretende encetar, dado o contexto de maioria parlamentar de direita?

Durante a legislatura passada, o PS empenhou-se em levar a cabo as reformas estruturantes da Justiça num clima de alargado consenso. Esse propósito foi conseguido em matérias que já referi e em muitas outras no domínio do direito criminal. Trabalhámos, pois, de forma aberta com todos os partidos representados na Assembleia da República, aceitando até, na especialidade, soluções que, em variadíssimos casos, contribuíram para melhorar os projectos por nós apresentados Houve uma atitude de franca disponibilidade da nossa parte.

Se a actual maioria tiver verdadeira consciência de que a Justiça é uma questão fundamental do Estado e perceber que todos teremos muito a ganhar se as reformas ocorrerem em conjuntura de acordo, então, naturalmente, esse será também o nosso propósito.

Com este espírito, após apresentarmos um conjunto de projectos na Assembleia da República, temos vindo a desenvolver um diálogo institucional intenso junto das diversas entidades mais relevantes ao nível das instituições judiciais (encontros com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, bastonário da Ordem dos Advogados, procurador-geral da República e diversas associações do sector), sendo que, no Parlamento, a metodologia que queremos prosseguir consiste numa audição alargada onde todos possam exprimir os seus pontos de vista, num ambiente sereno, mas de verdadeira exigência democrática.

Acha que estão criadas de facto condições para que esse consenso seja conseguido?

Não tem sido fácil. O Governo e a ministra da Justiça têm tido, até agora, uma visão excessivamente paroquial do problema, nalguns casos com consequências desastrosas que evoluíram de situações pouco transparentes para crises de instabilidade preocupantes, como aconteceu com a Polícia Judiciária. Por outro lado, têm revelado uma muito modesta contribuição para apresentação das verdadeiras reformas que importa fazer e quase que uma atitude de retracção relativamente à participação parlamentar ao nível dos temas da Justiça.

Tudo isto somado não dá sinais encorajadores, só por si, de podermos vir a atingir, em clima consensual, os objectivos que nos propomos. Mas não desistimos. Sabemos que tanto se serve o País no Governo como na oposição e que precisamente em matéria de Justiça não basta criticar, é preciso apresentar soluções positivas.

MARY RODRIGUES

ENCONTRO COM DURÃO

FERRO DISPONÍVEL APENAS PARA REVISÃO CIRÚRGICA DA CONSTITUIÇÃO

Ferro Rodrigues pronunciou-se favorável a uma revisão “cirúrgica” da Constituição, mas salientou que esta não é uma questão prioritária. O líder do PS, que falava no final do encontro com o primeiro-ministro, motivado pela reforma institucional da União Europeia, explicou que só aceita uma revisão “rápida, cirúrgica e pontual” da lei fundamental, referindo que “num momento em que o País se defronta com problemas graves do ponto de vista económico e social”, rever a Constituição não é um

“problema fundamental”. O PS, adiantou, apenas está disponível a uma revisão se a Comissão Parlamentar para a Reforma do Sistema Político, no final dos seus trabalhos, concluir que ela é necessária. E, ainda assim, apenas para tratar de questões pontuais, e nunca uma “revisão global”. Por outro lado, e no que respeita à reforma institucional da UE, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que vê “com preocupação” a proposta franco-alemã para

uma presidência bicéfala da União Europeia (UE), porque pode “pôr em causa o fortalecimento da UE à escala internacional e o princípio da perfeita igualdade entre os Estados” que o PS considera fundamentais. “Julgo que Portugal tem que ter uma construtiva e realista sobre a proposta de construção europeia mas não pode abdicar desses princípios que são uma União Europeia mais forte e a garantia de que a igualdade entre os Estados-membros será mantida”, disse Ferro Rodrigues,

no final do encontro com o primeiro-ministro para discutir a reforma institucional da UE. O líder do PS disse ainda que durante o encontro foi abordada a questão do Iraque, tendo reiterado que “Portugal deve ter absoluto respeito pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas” e que qualquer decisão sobre uma eventual guerra contra o Iraque deve ser baseada no relatório dos inspetores das Nações Unidas sobre o controlo de armamento naquele país.

GREVE DOS MÉDICOS

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM CAUSA

Os médicos iniciaram ontem uma greve de três dias contra as alterações que o Governo pretende impor na nova legislação dos centros de saúde. Apoiada por todos os sindicatos da classe, pela Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral e Ordem dos Médicos, esta paralisação é só o primeiro braço-de-ferro, já que novas greves estão previstas caso o Executivo não ceda nas suas pretensões. O médico e deputado socialista, Luís Carito, teme que o pacote legislativo do Governo “tenha efeitos negativos na saúde da população

portuguesa” e vê com “grande preocupação o que se poderá a passar na área dos cuidados primários”. Apontando os erros contidos na proposta governamental e a sua “perspectiva centralista”, Luís Carito considera, desde logo, que a mesma ao privilegiar a entrada de médicos não formados com possibilidade destes chefiarem médicos especializados, e de se permitir que a direcção dos centros de saúde possa ser entregue a não médicos, releva para a autonomia dos médicos de família e põe em causa a qualidade dos serviços

de saúde prestados aos portugueses. Salientando que está em causa nesta luta dos médicos “não a defesa dos clínicos mas a da saúde dos cidadãos”, nas declarações que prestou ao “AS”, Luís Carito crítica o abandono do projecto dos centros de saúde de terceira geração deixado pelo PS que nem sequer foi avaliado por ser demasiado dispendioso, quando o que se pretende implementar ascenderá a mais 11 milhões de contos do que o anterior modelo. Outro aspecto censurável, segundo o deputado socialista, prende-se com o facto do Governo,

ao arrepio dos preceitos constitucionais, não ter ouvido os sindicatos como era sua obrigação, já que a nova legislação também tem implicações ao nível dos contratos de trabalho e do regime salarial. Para este clínico membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, o que faz sentido é a defesa dos centros de saúde de terceira geração com autonomia administrativa e a possibilidade de médicos, agrupados em cooperativas, poderem gerir os centros de saúde numa perspectiva de resposta global.

JUSTIÇA

DEPUTADOS SOCIALISTAS LEVAM PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES

O PS apresentou ao Supremo Tribunal de Justiça e à Ordem dos Advogados um conjunto de propostas legislativas de combate ao crime, onde, nomeadamente, se inclui um projecto de avaliação e revisão do Código de Processo Penal. À saída da audiência com o presidente do STJ, Aragão Seia, o líder parlamentar do PS António Costa afirmou aos jornalistas que “é altura de, serenamente, fazer uma avaliação do Código

Penal para ver o que se pode rever”. O ex-ministro da Justiça defendeu uma “consciência mais viva de que ninguém está acima da lei em Portugal”, afirmando que o País “não está em estado de sítio” e não precisa “operações especiais mãos limpas”. Costa referiu também que as medidas introduzidas no Código Penal para aumentar a sua eficácia “não tiveram grande utilidade”, defendendo que a lei é “insuficiente nas

garantias dos direitos das vítimas interessadas em ver o crime punido”. Os socialistas pretendem um debate alargado sobre os aspectos do Código Penal que podem ser melhorados e por isso a delegação parlamentar do PS que foi ao STJ também se encontrou com o Bastonário da Ordem dos Advogados e no dia 4 de Fevereiro terá uma audiência com o procurador-geral da República. Entre o pacote de propostas socialistas

avanzadas no Parlamento está a regulamentação de decisões-quadro da União Europeia relativas ao mandato de detenção europeu, ao registo de comunicações electrónicas para combate ao crime organizado e à definição de terrorismo na ordem jurídica. O PS apresentou também um diploma que regulamenta as buscas domiciliárias nocturnas, introduzidas na última revisão constitucional, mas ainda por regulamentar.

VICENTE JORGE SILVA DEFENDE REFERENDO PARA MADEIRA E AÇORES

Vicente Jorge Silva defendeu, esta semana, a possibilidade da revisão constitucional abrir as portas a um referendo às populações da Madeira e dos Açores sobre a sua integração no Estado português. O deputado socialista justificou a importância de um referendo sobre a eventual separação das regiões autónomas de Portugal, principalmente devido ao estilo de discurso que tem sido recorrentemente utilizado pelo Governo Regional da Madeira em relação ao continente.



Para Vicente Jorge Silva, “o referendo teria a vantagem de clarificar se o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, assim como outros que lhe estão próximos, querem ou não continuar a ser portugueses”. Recorde-se que no seu livro “Crónicas do novo século”, editado há cerca de um ano, o ex-director do “Público” considera que, em caso de referendo, “só uma minoria ínfima de madeirenses arriscaria na independência da região, e que entre essa minoria não estariam certamente

Alberto João Jardim, Jaime Ramos e outros ardorosos cruzados da luta contra Lisboa”. O deputado socialista considera ser este o momento para o lançamento desta proposta, já que “agora, voltou a falar-se de uma revisão constitucional, mas só por causa do PSD/Madeira e para se dar uma satisfação a Alberto João Jardim”. Nessa medida, Vicente Jorge Silva classificou de “recuada” a posição do Partido Socialista no sentido de continuar a defender a manutenção dos ministros da República para os Açores e para a Madeira na Lei Fundamental.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA

VITALINO CANAS ACUSA GOVERNO DE PASSIVIDADE NO COMBATE À DROGA

Vitalino Canas culpou o Governo pela “situação de paralisia das políticas contra a droga e a toxicodependência”, sublinhando que “os técnicos estão desmotivados, os serviços aguardam orientações e os programas relevantes estão numa situação de indefinição”.

Salientando que nesta área “hoje estão já a sentir-se os resultados positivos das políticas dos governos socialistas”, e que “daqui a alguns anos sentiremos os resultados das políticas do actual Governo”, o deputado do PS referiu que a situação actual suscita-lhe “uma nota de preocupação”, que tem a ver, entre outros aspectos, com “as consequências de um abrandamento ou até abandono das políticas de redução de riscos”; com “as consequências de um menor empenho e investimento na prevenção primária”; e com “as consequências



de uma interrupção do ciclo de crescimento dos meios de tratamento”.

Perante este cenário, disse temer que “daqui a alguns anos estejamos a lamentar todos este último ano perdido”.

Falando na Assembleia da República durante a discussão do projecto de lei do PS sobre objectivos e princípios das políticas de prevenção primária do consumo de drogas e das toxicodependências, Vitalino Canas disse que esta iniciativa pretende contribuir para voltar a colocar o combate à droga no debate e na agenda política e parlamentar, retomando “ipsis verbis” uma proposta de lei do Governo anterior, resultante de um amplo processo de discussão pública.

Com este diploma, sublinhou, “pretende-se introduzir na área da prevenção primária o mesmo grau de sistematização que outros

diplomas introduziram no âmbito do tratamento, da redução de riscos, do combate ao tráfico”.

É que, adiantou, “a ausência dessa sistematização tem criado disfunções várias: recursos mal distribuídos, prioridades deficientemente definidas, duplicações de iniciativas, ausência de avaliação, iniciativas alimentadas por grande voluntarismo mas desenvolvidas sem conhecimentos técnicos adequados”.

Na sua intervenção, Vitalino Canas sustentou ainda que para uma boa prevenção primária, que deve resultar de “um esforço de toda a comunidade”, é necessário “assegurar proximidade”, o que implica “mobilizar para esta luta as autarquias e as organizações particulares”.

J.C.C.B.

REFLORESTAÇÃO DE ÁREAS ARDIDAS

ASCENSO SIMÕES DEFENDE INTERVENÇÃO PREVENTIVA

O deputado do PS Ascenso Simões defendeu “o maior consenso possível” em relação à rearborização das áreas ardidas por incêndios florestais. Tal como aconteceu na aprovação da Lei de Bases de Política Florestal, quando o PS era Governo.

Ascenso Simões criticou o pendor excessivamente estatista do projecto de lei do PCP que prevê a criação de um programa de rearborização para as áreas percorridas por incêndios florestais.

Trata-se de um projecto que, segundo disse, sofre de vários pecados originais, o primeiro dos quais prende-se com o facto de ser “um programa estatista, uma vez que não cuida de avaliar, antes de permitir a intervenção do Estado, da disponibilidade dos proprietários para a recuperação das áreas ardidas”.

Por outro lado, sustentou, “a criação do programa não pode, nem deve, ter visão territorial determinadora”, adiantando que “ao estabelecer que este só se aplicará a áreas queimadas de forma contínua numa extensão igual ou superior a 100 hectares, o que se está a dizer é que se exclui a possibilidade de áreas menores”.

Um outro pecado referido pelo parlamentar do PS tem a ver com o facto de “em todo o programa não se conseguir vislumbrar uma referência à



participação dos municípios e das freguesias em todo este processo”.

Salientando que “o PS foi sempre favorável a uma intervenção preventiva que impeça a passagem de pequenos focos de incêndio a grandes áreas incontrolláveis ao nível do combate”, referiu não ter, porém, a certeza de

que “o reforço efectivo do Corpo Nacional de Guardas Florestais, aumentado o peso do Estado, deva fazer sentido”.

O deputado do PS considerou também “inaceitável” a proposta de se estudar a viabilidade de existência de meios aéreos próprios do Estado, para o combate aos fogos florestais. “dada a

natureza sazonal do combate, dada a circunstância de lhe estarem associadas necessidades de logística e de pessoal que são economicamente intoleráveis, não poderemos concordar com tal abordagem nem avançarmos com o nosso apoio político a esse caminho”, disse.

J. C. CASTELO BRANCO

SOCIALISTAS DENUNCIAM

BEIRA INTERIOR ABANDONADA PELO GOVERNO

O actual Governo está a “abrir espaço social a comportamentos menos correctos no que respeita à viabilidade e afirmação de empresas”. Foi este o alerta deixado pelo deputado socialista Pina Moura, na encontro, realizado sábado, na Guarda, que reuniu parlamentares do PS dos distritos da Guarda e Castelo Branco, associações empresariais e sindicatos da Beira Interior.

Ao debater “a grave situação económica e social que afecta a região da Beira Interior”, Joaquim Pina Moura disse ser o abandono “um dos aspectos mais graves da tanga da política de tanga que o Governo desenvolveu”.

Pina Moura sugeriu que as inspecções-gerais de Finanças, de Trabalho e de Contribuições e Impostos “actuem efectivamente e rapidamente para se perceber e esclarecer até que ponto não há situações duvidosas ou mesmo ilegais no encerramento de certas empresas”.

O ex-governante considerou ainda negativo na política económica do Executivo PSD/CDS-PP que “o Ministério da Economia, enquanto tutela das empresas, tenha primado pela ausência”, realçando que “há uma política de finanças públicas muito activa e muito determinada, mas

o seu complemento, o de um Ministério da Economia virado para o estímulo à criação e modernização de empresas, não existe”.

O deputado acrescentou que nos últimos oito meses “assistiu-se a uma espécie de movimento reorganizativo do ministério, em que o ministro e a sua equipa parecem entretidos em jogar o jogo do lego das várias instituições e organizações”.

Contudo, Pina Moura disse “nada ter contra que haja as reorganizações ministeriais, sempre e quando a tutela da Economia “intervenha e esteja no terreno a apoiar a competitividade e modernização empresarial”, sublinhando que “é isso que não se nota, salvo no que respeita a grande projectos”.

O problema, diz, é que “cerca de 80 por cento do produto interno português é gerado em pequenas e médias empresas, que são esmagadoramente dominantes na Beira Interior”.

“Esta situação nas empresas industriais tem consequências que vão muito para além da indústria, porque depois, não havendo rendimentos das pessoas nas terras, vilas, cidades e aldeias onde há monoindústria, é a actividade comercial, de restauração e a actividade social, no seu conjunto, que se ressentem”, considerou, para sublinhar de seguida que esta foi uma das áreas referidas nos encontros com empresários e sindicatos que os socialistas realizaram na Guarda.

Pina Moura observou ainda que em Maio do ano passado os deputados do PS alertaram o

Executivo para a situação que se estava a gerar a partir do encerramento de duas fábricas têxteis, respectivamente em Belmonte e Guarda, mas que “o Governo e ministro da Economia visivelmente não ligaram nenhuma ao apelos e chamadas de atenção”.

O parlamentar considerou grave a situação em alguns sectores e admitiu que “em algumas localidades a situação é explosiva se se vierem a confirmar vários encerramentos que podem acontecer”.

O ex-governante preconizou a adopção de várias medidas tendentes a apoiar a modernização e desenvolvimento empresariais, designadamente que o Executivo abdique da sua “política de abandono desta região, destas indústrias e pessoas para que se desenvolva uma política centrada na retoma de política de proximidade às situações de empresas em situação económica e financeira difícil, facilitando e estimulando a sua reestruturação competitiva”.

Governador civil da Guarda “indisponível” para cumprir a Lei

Pina Moura anunciou, ainda, que os dados recolhidos juntos dos Núcleos Empresariais da Regiões de Guarda (NERGA) e de Castelo Branco (NERCAB) e dos sindicatos seriam colocados na agenda da bancada socialista para serem tomadas iniciativas políticas que incluam a curto prazo uma intervenção de fundo no plenário da Assembleia da República

sobre a situação económica e social na Beira Interior e sobre as proposta do PS para ajudar solucionar-las ou diminuir os seus riscos.

A visita parlamentar de sábado passado ficou marcada por um incidente político, dado que os deputados Pina Moura e Fernando Cabral, eleitos pela Guarda, José Sócrates, Cristina Granada e Fernando Serrasqueiro, de Castelo Branco, foram impedidos de realizar os encontros agendados com empresários e sindicalistas no Governo Civil da Guarda, que esteve fechado.

O governador civil, Joaquim Lacerda, que, segundo o deputado Fernando Cabral, tinha manifestado há uma semana “total disponibilidade” para a realização das reuniões no Governo Civil, acabou por comunicar via fax a “indisponibilidade” do seu gabinete para abrir as portas do edifício, alegando compromissos de agenda.

Pina Moura considera este facto como “mais um episódio num conjunto de episódios de interferência partidária na vida do Estado e nas instituições do Estado no distrito da Guarda, que, infelizmente, têm sido apanágio da situação político nos meses”.

Prometeu ir colocar o problema na Assembleia da República, classificando a atitude do governador civil de “ilegal e ilegítima, de incumprimento da Lei, porque o estatuto dos deputados garante especificamente que possam ter acesso ao Governo Civil para receber a Comunicação Social, mas também para receberem cidadãos”.

DESEMPREGO NA BEIRA INTERIOR

EXECUTIVO INDIFERENTE À CRISE

Os deputados socialistas da Beira Interior qualificaram como “incompreensível a atitude de “demissão” que o Governo tem assumido relativamente à crise empresarial que se vive na região, criticando o “inexplicável silêncio” do ministro da Economia sobre esta matéria.



desempregados para mais de três mil, numa região com cerca de 13 mil postos de trabalho”, alertou o parlamentares do PS Pina Moura

Em defesa de uma intervenção responsável do Executivo, o deputado socialista frisou a necessidade “de ajudar as empresas com dificuldades no

mercado a se manterem activas por forma a salvar-guardar os postos de trabalho por elas gerados”. É que, segundo o ex-ministro das Finanças, a situação tende a agudizar-se com os atrasos de seis meses verificados no pagamento dos subsídios de desemprego.

Todavia, a política do Executivo de Durão Barroso “tem falhado também no domínio da fiscalizações, denunciou Pina Moura, que ponderou a existência de casos de “má gestão” por parte das empresas e, inclusive, de situações fraudulentas em que foram “declaradas falências inesperadas para justificar despedimentos”.

Para fazer face à actual conjunturas dos distritos da Guarda e Castelo Branco, os deputados do PS do círculo da Beira Interior defenderam “o relançamento de uma política de proximidade do Ministério da Economia para com as empresas em dificuldade”, a implementação de “políticas sociais activas e de “medidas de fiscalização rigorosa”.

Joaquim Pina Moura, José Sócrates, Fernando Serrasqueiro, Fernando Cabral e Cristina Granada, manifestaram preocupação face à situação de “agravamento do problema do desemprego” na região da Beira Interior, numa conferência de Imprensa realizada a semana passada, na Assembleia da República.

“Em dez meses de governação da direita, Castelo Branco e Guarda viram crescer o número de

EDUCAÇÃO

REPOR APOIO ÀS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

As recentes declarações da secretária de Estado da Educação na Assembleia da República relativas ao apoio educativo a crianças com necessidades especiais, foram objecto de um requerimento por parte dos deputados socialistas Paulo Pedroso e Ana Benavente.

No documento, os parlamentares do PS recordam as afirmações proferidas pela secretária de Estado da Educação no Parlamento que disse ter “visto alunos enrolados em mantas, sentados ao fundo das salas de aula e em que o professor de apoio se limitava a enxotar as moscas”.

Segundo os subscritores, no momento em que tais afirmações foram feitas, o Grupo Parlamentar do PS solicitou à secretária de Estado da Educação que esclarecesse as suas afirmações, o que não chegou a acontecer.

Perante estes factos, os socialistas querem saber que medidas foram tomadas pelo Executivo para garantir “o fim de tal prática e repor o apoio educativo adequado, bem como



garantir o respeito pelos direitos fundamentais das crianças, para que não subsistam quaisquer dúvidas sobre a natureza dos apoios educativos a estudantes com necessidades

especiais”.

Por último, Paulo Pedroso e Ana Benavente querem saber se foram tomadas algumas iniciativas para garantir que tais situações não

se verifiquem de novo.

Entretanto, os deputados socialistas Fernando Cabral e Pina Moura entregaram um requerimento na mesa da Assembleia da República sobre a situação financeira da Escola Superior de Enfermagem da Guarda.

Fernando Cabral e Pina Moura lembram que a “Escola de Enfermagem não dispõe de verbas que assegurem o pagamento dos salários e das despesas essenciais ao seu funcionamento”, acrescentando que esta situação “já foi colocada ao ministro da Ciência e da Tecnologia e até hoje não houve uma resposta satisfatória para as entidades envolvidas no processo”.

Os subscritores do requerimento solicitam informações ao ministro da Ciência e Ensino Superior sobre as medidas que pensa implementar para que a Escola Superior de Enfermagem resolva a sua situação económico-financeira e passe a funcionar com a normalidade desejada por toda a comunidade educativa.

ECONOMIA

PS EXIGE PRESENÇA DE MINISTRO NA COMISSÃO

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregaram um requerimento na mesa da Assembleia da República solicitando a presença do ministro da Economia na Comissão de Economia e Finanças para prestar esclarecimentos sobre a actual situação económica do País. Para os parlamentares do PS “torna-se indispensável e urgente obter informações detalhadas do ministro da Economia relativamente à reestruturação do ministério que tutela, explicitando os objectivos estratégicos e operacionais visados e acções temporalmente previstas”.

Os deputados socialistas pedem ainda que o Executivo esclareça a Comissão de Finanças e Economia sobre o que pensa fazer em relação ao “crescente número de empresas em dificuldades, bem como à deslocalização de unidades industriais estrangeiras para o exterior do País, dando como exemplo o caso recente da C&J Clark, em Castelo de Paiva”,

LUTA CONTRA A POBREZA

EXECUÇÃO DE PROGRAMA POSTA EM CAUSA

O deputado socialista Ascenso Simões questionou o Governo sobre os programas de luta contra a pobreza existentes no distrito de Vila Real.

Segundo o requerimento entregue na Assembleia da República, “verificam-se no distrito situações que podem obrigar a intervenção de entidades superiores e por isso impõe-se um conhecimento, por parte da população, das iniciativas e a separação entre os que têm desenvolvido as suas competências em favor dos mais carenciados e os que têm iludido os poderes públicos com acções discutíveis”.

Ascenso Simões pede esclarecimentos ao ministro do Trabalho e Segurança Social sobre a maneira como os programas de luta contra a pobreza estão a ser executados no distrito de Vila Real.

O parlamentar socialista pretende ainda saber quem são os responsáveis pela gestão de cada um dos programas, que instituições são chamadas à determinação das acções e que tipos de controlo lhes são exigidos.

SOCIALISTAS CONTRA PROIBIÇÃO DE RECURSO AO CRÉDITO PELAS AUTARQUIAS



As recentes notícias vindas a público sobre a proibição do recurso ao crédito pelos municípios e regiões autónomas, motivaram a entrega de um requerimento na Mesa da Assembleia da República por parte dos deputados socialistas Joel Hasse Ferreira, José Augusto Carvalho e José Magalhães.

As recentes declarações do secretário de Estado do Orçamento ao “Diário Económico” onde considera de “bom senso” e “adequada” uma medida governamental em que as câmaras municipais e regiões autónomas ficam dependentes de uma autorização prévia para recorrerem ao crédito bancário, revela segundo os subscritores do requerimento, que o Governo está a confundir as autarquias locais e as regiões autónomas com quaisquer serviços da administração central”.

Face à relevância desta questão, os parlamentares requerem ao ministro das Finanças que os informe com a “maior urgência da veracidade ou infundado de tais propósitos manifestados” pelo secretário de Estado do Orçamento.

CLUBE PARLAMENTAR

ANTÓNIO VITORINO DEFENDE ESTRATÉGIA COLECTIVA DE SEGURANÇA

No espaço comunitário, onde a abolição de fronteiras internas aumenta o risco de actividades terroristas e criminalidade organizada, a regularização e gestão dos fluxos migratórios é uma prioridade urgente e necessária, enquadrada numa estratégia colectiva de segurança mais ampla.

Esta foi a ideia-chave que António Vitorino deixou na passada quinta-feira no jantar/debate do "Clube Parlamentar" do Partido Socialista, um fórum de discussão de temas de actualidade que agora é retomado pelos deputados do PS.

O comissário europeu criticou a política europeia, que se recusa a limitar a entrada de estrangeiros para controlar problemas como os da xenofobia. O ex-governante socialista defendeu claramente uma política de quotas na União Europeia, classificando a "política de porta aberta" como "irresponsável".

No "Clube" do PS, o comissário europeu defendeu a imposição pelos Estados-membros de limites à imigração, considerando que as quotas seriam uma forma de evitar a intolerância e de se garantir "o sucesso da integração".

"Não há uma capacidade ilimitada de acolhimento, têm de ser definidos limites e têm de ser mobilizados, na integração, novos actores, como as autarquias e as organizações da sociedade civil", opinou Vitorino.

O responsável apontou o dedo à maioria dos governos de esquerda da União Europeia por não terem "coragem para resolver o problema da imigração".

Para o comissário, a política de imigração deve ser coordenada a nível comunitário, partilhando-se por exemplo o número de



imigrantes que anualmente serão aceites pelos países. António Vitorino reconheceu que não tem

existido uma "política pró-activa na integração" e responsabilizou mesmo esta ausência pelo aumento "do fluxo de imigração clandestina",

que acaba por sua vez por motivar "sentimentos racistas e xenófobos".

O ex-ministro de António Guterres falou ainda sobre o Espaço Europeu de Liberdade e Justiça, na qualidade de comissário europeu para a Justiça e Assuntos Internos.

Vitorino referiu-se à necessidade de ser clarificado "o embrião do direito penal europeu", argumentando que "as formas mais organizadas de criminalidade" só podem ser combatidas se existirem "instrumentos jurídicos que assegurem em incriminações e sanções comuns".

António Vitorino defendeu a intervenção das Forças Armadas no combate ao terrorismo e crime organizado, actuando em colaboração com as forças de segurança nacionais e os serviços secretos.

"Deve haver um interface entre as forças responsáveis pela segurança interna e as Forças Armadas dos países membros da União Europeia, respeitando-se as funções e as especificidades de cada um e em conformidade com a Constituição", sublinhou o comissário europeu para a Justiça e Assuntos Internos.

Destaque-se que o "Clube Parlamentar" do PS volta a encontrar-se hoje à noite, no Parlamento, tendo como convidado o líder do Grupo Parlamentar do PSOE, Jesús Caldera.

MARY RODRIGUES

PS APRESENTA PACOTE LEGISLATIVO PARA SEGURANÇA

Na abertura dos trabalhos do Clube Parlamentar, que se reuniu na passada quinta-feira, no edifício novo da Assembleia da República, o líder da bancada socialista António Costa referiu-se à apresentação pelo PS de um conjunto de quatro diplomas relativos às questões da segurança.

Assim, o primeiro dos projectos visa incluir na ordem jurídica portuguesa duas decisões-quadro da União Europeia referentes ao mandado de captura europeu e o segundo prevê a harmonização dos crimes de terrorismo e organização terrorista.

Regularizar as buscas domiciliárias nocturnas na sequência da revisão constitucional extraordinária de 2001 e transpor a directiva comunitária relativa aos tratamentos e conservação dos dados do tráfego e localização de serviços de telecomunicações são os objectivos centrais previstos em outros dois diplomas avançados pelos deputados socialistas.

Por fim, António Costa anunciou também que o PS iniciará de imediato um conjunto de audiências tendo em vista a avaliação global para revisão do Código de Processo Penal.

M.R.

F|I|N|I|S|T|E|R|R|A
Revista de Reflexão e Crítica
A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

Eduardo Lourenço, Guilherme d'Oliveira Martins, Fernando Pereira Marques, Joaquim Jorge Veiguinha, Filipe Nunes

CANDIDATURA

JOSÉ LEITÃO QUER REDINAMIZAR CONCELHIA DE LISBOA

José Leitão apresentou na segunda-feira a sua candidatura à presidência da Comissão Política Concelhia de Lisboa, em nome da redinamização desta estrutura.

“Candidato-me porque penso que a minha experiência como secretário-coordenador da Secção de Benfica pode ser alargada à Concelhia de Lisboa, dando-lhe uma nova dinâmica, ou seja, que possa ser valorizado o trabalho das diversas estruturas em que os militantes se organizam, no sentido da construção de uma cidade mais justa e harmoniosa”, afirmou o ex-comissário para as Minorias Étnicas e antigo líder da JS ao “Acção Socialista”.

Para o antigo deputado do PS, “é necessário valorizar a generosidade dos militantes para um diálogo mais vivo com as organizações não governamentais que desenvolvem o seu trabalho na cidade”, de forma a que o PS tenha nas próximas eleições autárquicas um projecto que “responda às aspirações dos cidadãos, tendo em conta nomeadamente a diversidade étnica da cidade”.

O PS em Lisboa, adiantou, “deve ter abertura às organizações da sociedade civil, procurando envolver os cidadãos de todas as origens sociais e étnicas”.



ELEIÇÕES

CONCELHIA DA BATALHA COM NOVA LIDERANÇA

António Simões, militar na reserva, é o novo presidente da Comissão Política Concelhia do PS na Batalha, Leiria, após as eleições para esta estrutura que decorreram na passada sexta-feira.

O novo líder da Concelhia afirmou que tem como um dos objectivos centrais do seu programa de acção o reforço do número de militantes do partido no concelho, de modo a tentar voltar a obter um lugar na vereação da autarquia, que foi perdido na década passada.

Lembrando que a Batalha é um concelho tradicionalmente conservador onde a disputa eleitoral se costuma fazer entre o PSD (que lidera a Câmara com quatro eleitos em cinco possíveis) e o CDS, António Simões salientou que o trabalho do PS “será dificultado pela tradição de voto”.

Para Joaquim Alfaro, presidente cessante da Concelhia, António Simões reúne condições para desempenhar o trabalho que se propôs, considerando que o partido “tem de voltar a abrir-se às pessoas e estabelecer estratégias de longo prazo”.

CONCELHIA DO PORTO

ORLANDO GASPAR NÃO SE RECANDITA À LIDERANÇA

Orlando Gaspar anunciou que não se recandidata à liderança da Concelhia do Porto do PS, estrutura que coordenou durante 16 anos, perante dezenas de militantes que enchiam o auditório da sede concelhia, na passada semana.

Num discurso algo emocionado, previamente distribuído num dossier intitulado “O Render da

Guarda”, com várias fotos a cores a marcarem alguns dos principais momentos da sua liderança concelhia, confessou ter tido sempre “uma enorme timidez” no seu “deambular pelo PS”, considerando faltar-lhe “o atrevimento” para se “colocar em bicos de pés para outros cometimentos”.

BAIXO ALENTEJO

FEDERAÇÃO DENUNCIA CLIENTELISMO DA MAIORIA

A Federação do PS/Baixo Alentejo denunciou “a distribuição de lugares na Administração Pública, sem pudor”, que está a ser feita entre amigos ou correligionários da actual maioria de direita no poder, “sem sequer ser tida em conta a adequação ou competências das pessoas para as respectivas funções”.

Num comunicado, os socialistas do Baixo Alentejo consideram “escandalosas algumas posições divulgadas ultimamente que provam a confusão estabelecida entre o Estado e os partidos, e que importa denunciar, designadamente em relação à administração da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo (CCR)”.

Assim, sublinha o PS, “quando o Governo apregoa sua ‘democratização’, propondo um novo método de designação dos seus responsáveis, assiste-se, em simultâneo, a exigências partidárias e ameaças contra os membros do Governo”.

Neste contexto, a Federação pergunta “se as decisões que o ministro Isaltino Morais e o Governo irão tomar nesta matéria serão determinadas por pressão, receio ou condicionamento de elementos partidários locais”.

E confessou que “há sempre qualquer coisa de infinitamente doloroso num render de guarda”, assumindo o ónus da “irreversibilidade do tempo” perante a qual “o homem só pode ter duas atitudes”, uma de aceitação, outra de revolta. “Escolhi uma atitude de aceitação, o que não é o mesmo que impassibilidade ou aplauso perante

tudo”, disse, após ter sublinhado que “é o futuro” que o move.

E avisou que “se cada um quiser dar prioridade ao seu egoísmo, aos interesses particulares, às atitudes comodistas e cépticas, a breve trecho mergulhará no pior dos abismos: o esquecimento”.

ENCONTRO DE AUTARCAS SOCIALISTAS

CÂMARA LENTA PARALISA CASCAIS

Jorge Coelho acusou o Governo de seguir uma "política cega" em relação aos problemas das pessoas e de estar a "abafar o poder local".

Na abertura do Encontro de Autarcas Socialistas do Concelho de Cascais, Coelho considerou que o PS deve assumir a defesa dos eleitos locais como uma bandeira política. Centrando a sua intervenção nos problemas do concelho, José Lamego fez um balanço muito crítico de um ano de actividade do Executivo camarário, marcada pela "inércia" e pela "gestão da agenda mediática".

O responsável pelo pelouro autárquico do PS criticou o Governo pelo "fracasso" da sua política económica, que está a gerar um aumento exponencial do desemprego, com graves repercussões sociais. Por isso, disse, "o Governo não devia encarar este facto de uma forma tecnocrática, dizendo que é uma inevitabilidade, mas sim implementar políticas activas de estímulo ao emprego". Apesar de reconhecer que o Executivo obteve "algum êxito" no campo orçamental e financeiro, o coordenador autárquico do PS defendeu que paralelamente deviam estar a ser lançadas políticas de "incentivo à actividade económica".

Quanto ao perdão fiscal, o dirigente socialista referiu que foi uma medida "positiva", mas com uma "marca indelével", ou seja, "os dez por cento de faltosos que pagaram foram os pequenos devedores, enquanto os restantes 90 por cento são os grandes devedores que vão fugindo ao fisco ano após ano".

E aproveitou para lembrar que "só pode haver justiça social quando houver uma verdadeira reforma fiscal".

No plano autárquico, Jorge Coelho, que representava o secretário-geral no encontro, revelou que "o PS está a reformular a sua área de gestão autárquica, tendo já sido realizadas muitas reuniões de trabalho".

Defensor uma política de "descentralização" que "aproxime os cidadãos daqueles que tomam decisões", manifestou-se muito céptico em relação ao actual papel das juntas metropolitanas. "Com estes meios e competências, as juntas metropolitanas estão esvaziadas, não servem para nada", disse. Quanto às comunidades intermunicipais, "mais uma jogada de marketing do Governo", Jorge Coelho referiu que o Executivo de Durão Barroso "está a tentar impor ao País algo que tudo somado não é nada. É só folclore".

O dirigente do PS acusou o Governo de prosseguir "uma política cega em relação à Administração Local, retirando meios e autonomia às autarquias", acrescentando que "já só falta que o Governo nomeie os presidentes de Câmara". Acusando o Governo de "estar a abafar o poder



local", defendeu que "o PS deve assumir a bandeira da defesa dos eleitos locais, que muito têm feito para tornar as suas terras mais desenvolvidas".

Devolver a Cascais uma ideia de esperança

No Encontro dos Autarcas Socialistas realizado no Hotel Baía, o vereador socialista da Câmara de Cascais e candidato à presidência da mesma nas últimas eleições autárquicas, José Lamego, fez um balanço muito crítico de um ano de mandato da maioria camarária PSD/PP. "A 'Câmara Lenta' de Cascais não faz, não decide,

prefere a gestão de uma agenda mediática", acusou, acrescentando que "o PS pretende construir uma alternativa na base da responsabilidade, em diálogo permanente com a sociedade civil, de forma a devolver a Cascais uma ideia de esperança".

Segundo o autarca socialista, "Cascais não vive hoje um bom momento", assistindo-se à "paralisia das actividades económicas no concelho, com impacto no bem-estar dos cidadãos", que tem a sua génese no "ambiente de depressão a nível nacional", criado pelo "discurso catastrofista" da actual maioria governamental.

"Num concelho que vive sobretudo de uma

imagem de marca de qualidade, que vive da hotelaria e do turismo, um discurso deste tipo foi extremamente negativo e parcialmente causador de um mau momento que se vive no concelho", disse José Lamego.

Apesar de haver alguns "aspectos positivos" no balanço feito à actividade do Executivo camarário, nomeadamente a "continuidade de dinâmicas já criadas pelo PS", quer ao nível das actividades culturais, quer quanto à reabilitação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), José Lamego aponta o dedo à "inércia" que tem sido "a imagem de marca" deste executivo municipal, patente em vários assuntos como o "negócio" do Estoril-Sol ou o processo do novo hospital de Cascais.

"Quanto ao Estoril-Sol, é a primeira contradição da autarquia, porque primeiro teve uma política de crescimento urbano zero e agora está de acordo com a implantação, no lugar do hotel, de uma urbanização em cerca de 32 mil metros", explicou.

Relativamente à construção do novo hospital de Cascais, que considerou "prioritária", o autarca socialista acusou a Câmara de ter "baralhado" a questão e de ter adiado a sua construção com o próprio anúncio da sua localização futura.

Numa "manobra de diversão", o presidente da Câmara anunciou na comemoração do primeiro ano de mandato que "o hospital já não é em S. Domingos de Rana, mas sim em Alcabideche, sem quaisquer estudos realizados", disse José Lamego.

Para o PS, "é fundamental que exista o hospital, não fazendo da localização a questão essencial mas sim da urgência da sua construção", afirmou, acrescentando que os autarcas socialistas exigem do presidente da Câmara que "o hospital seja uma realidade até ao final deste mandato".

J. C. CASTELO BRANCO



CONCELHO VAI TER POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O Executivo socialista da Câmara Municipal de Abrantes vai assinar no próximo mês de Fevereiro um protocolo de cooperação com o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, que visa a instalação de um posto de atendimento aos municípios.

Segundo a autarquia, este projecto “é de inegável interesse municipal pelos benefícios que pode trazer aos municípios, em termos de desburocratização e poupança de tempo útil, constituindo uma forma de potenciar o desenvolvimento concelhio”.

O novo posto de atendimento aos cidadãos funcionará no edifício da presidência da Câmara e permitirá aos abrantinos solicitar e obter documentação de diversas entidades, bem como acompanhar através da Internet a evolução dos respectivos processos.

Serviços como a revalidação da carta de condução, inscrição nos centros de saúde, pedido de passaporte azul, serviço do registo criminal ou de certidões do registo civil, entre outros, passam a ser possíveis com o funcionamento do posto de atendimento aos cidadãos.

Este serviço, junta-se a outros que traduzem a aposta precursora que o município de Abrantes no sentido do desenvolvimento da prática de



uma cidadania qualificada, bem patente em projectos como o provedor do Cidadão, Banco do Tempo, CIAC – Centro de Informação Autárquica ao Consumidor e, recentemente, o Gabinete de Consultas Jurídicas.

Banco do Tempo completa um ano de vida

O Banco do Tempo, projecto pioneiro em Portugal apoiado desde o início pela Câmara de Abrantes, completa esta semana um ano de vida.

Na inscrição do Banco do Tempo cada membro deve indicar quais os serviços que se dispõe a prestar e quais os que precisa, assinalando também uma declaração de respeito pelos princípios da instituição.

No balanço do primeiro ano de funcionamento, a responsável pela instituição, Marisa Fábrika, faz um balanço positivo, afirmando que “as reacções ao projecto não podiam ser mais favoráveis”.

“O banco está a procurar restaurar os antigos laços de solidariedade que a vida moderna quase tem anulado” disse, acrescentando “que muita gente tem procurado no banco convívio, conhecer pessoas e criar laços de amizade”.

ESTARREJA

PS ACUSA AUTARQUIA DE PARALISAR O CONCELHO

A Concelhia do PS/Estarreja acusou a autarquia local de nada ter feito pelo concelho durante o ano, afirmando que “apesar do orçamento de 2002 ter sido aprovado em Abril, e de se praticar o POCAL, o nível de execução camarária não atingiu sequer os 70 por cento”.

Em conferência de Imprensa, o PS local sublinhou que a autarquia liderada pela coligação PSD/PP se limitou a “executar praticamente só o que estava em curso, falhando totalmente na apresentação de candidaturas ao III QCA, não aplicando o aprovado Plano Estratégico, abandonando a luta contra a pobreza e ainda de não cumprir nenhuma das promessas feitas durante a campanha eleitoral”.

O PS lembrou que o “O Governo já garantiu que de Avança até ao Falcão, o traçado do IC1 será a nascente, ao contrário do que tinha sido prometido e o presidente da Câmara aceitou essa solução com grande entusiasmo”, o que significa, segundo os socialistas, que “logo esse troço esteja feito, a EN 109 vai ficar infernal”. Os socialistas de Estarreja sublinharam ainda, que “enquanto todos os presidentes de Câmara em 2002 usaram todos os meios para contrariar o Governo, defendendo as suas terras, este entregou-se de mãos atadas e chegou ao fim do ano sem usar completamente a linha de crédito que tinha à disposição”.



VILA FRANCA DE XIRA VAI TER CENTRO DE NEGÓCIOS

O primeiro centro de negócios de Vila Franca de Xira vai nascer no antigo complexo da EPAC – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, a norte da cidade.

Com custos estimados em 11 milhões de euros, o centro de negócios prevê a manutenção do complexo, adaptando-o às suas novas funções e criando espaços para estacionamento, comércio e restauração.

O arquiteto Antero de Sousa, responsável por este projecto, considera que o “valor histórico e as características do edifício se prestam a uma alteração da sua função, ao mesmo tempo que podem contribuir de forma significativa para dignificar a cidade e a sua entrada norte”.

Neste contexto, e ainda segundo o responsável pelo projecto, “a Câmara Municipal aceitou a ideia com entusiasmo, porque esta se enquadra nos planos do município destinados a reordenar esta entrada da cidade”.

PENELA

VEREADORES SOCIALISTAS PROPÕEM ISENÇÃO DE SISA

Os vereadores do Partido Socialista apresentaram na Câmara Municipal uma proposta de isenção do imposto municipal de sisa para aquisição de prédios destinados à habitação própria para jovens e para as empresas que pretendam fixar-se no concelho.

Aprovada por unanimidade, a proposta socialista, tem como objectivo combater a desertificação que hoje se verifica no concelho de Penela ao nível da fixação de pessoas e das próprias empresas.

MARIA MANUELA MARQUES

É NECESSÁRIO QUE O PS ESTEJA UNIDO

“É necessário que o PS esteja unido, pois só assim poderemos ser uma alternativa consistente ao actual Governo de direita”, defende Maria Manuela Marques, a militante desta semana do “Acção Socialista”. Esta camarada, ex-activista sindical durante mais de duas décadas na área dos seguros, afirma estar “determinada a lutar com toda a força para que Ferro Rodrigues seja o próximo primeiro-ministro”.

Inscrita no PS em 1 de Janeiro de 1975, a sua militância fez-se fundamentalmente na área sindical, tendo integrado o Secretariado do núcleo socialista da companhia de seguros O Trabalho de 1975 a 1998, bem como a respectiva Comissão de Trabalhadores. “Foram muito gratificantes esses tempos em que nos batemos contra o PCP, ganhando todas as eleições, bem como contra a unicidade sindical, em defesa de um sindicalismo democrático”, lembra.

Maria Manuela Marques, que continua a ser conselheira do Sindicato dos Profissionais dos Seguros do Sul, vê com particular preocupação o actual momento sindical. “O sindicalismo está sem força, porque há uma fraca sindicalização das novas gerações que não compreendem o papel dos sindicatos, para além de que os constrangimentos provocados pela precariedade laboral também não ajudam à sindicalização”, refere.

“É preciso, por isso, que os sindicatos encontrem formas de motivar as pessoas, nomeadamente numa altura em que se assiste a uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores com o novo Código do Trabalho”, afirma, adiantando, a propósito, “ainda não ter compreendido a posição da UGT sobre o novo Código Laboral”.

Esta camarada, que milita desde há dois anos na Secção de Campo de Ourique, “uma estrutura muito dinâmica e activa na mobilização e na realização de debates”, está voltada actualmente para a actividade autárquica, fazendo parte da Assembleia de Freguesia dos Prazeres, “uma junta onde os nossos camaradas têm feito um bom trabalho, nomeadamente na área da habitação,



no apoio às crianças e idosos e nos arruamentos”. No último Congresso do PS, onde esteve como observadora, regista

fundamentalmente “o espírito de união e o debate livre de ideias”. É que, considera, “é necessário que o PS esteja unido, pois só assim poderemos ser uma

alternativa consistente ao actual Governo de direita”.

Mulher de convicções e acção, Maria Manuela Marques afirma estar empenhada em “lutar com toda a força para que Ferro Rodrigues seja o próximo primeiro-ministro”. E acrescenta: “Gosto muito dele, é um político de princípios, honesto, sério e competente, capaz de fazer de Portugal um país mais desenvolvido e com mais justiça social. Sempre o conheci e acompanhei com admiração o seu trajecto político, para além de ser meu vizinho. É essencialmente um homem bom”.

Por outro lado, quem não lhe merece quaisquer tipo de elogios é o actual Governo, que acusa de “ter sido eleito com base em falsas promessas, de ter piorado a vida dos portugueses, em especial dos mais desfavorecidos, e de não ter consciência social”.

Por isso, adianta, “é preciso que o PS faça uma oposição mais acesa, apresentando mais propostas, de forma a mostrarmos aos portugueses que somos uma alternativa de progresso e de esquerda ao Governo neoliberal de Durão e Portas”.



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Jorge Sampaio

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Guerra do Golfo

Livro
“Os Maias”

Autor
Eça de Queirós

Filme
“E tudo o vento levou”

Músico
Strauss

J. C. CASTELO BRANCO

SOCIALISTAS ANALISAM TEMAS SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Definir uma posição comum sobre os grandes temas da actualidade europeia foi o propósito de mais uma reunião conjunta em que participaram o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues e responsáveis socialistas do Parlamento Europeu, da Assembleia da República e membros da Convenção sobre o Futuro da Europa.

O encontro realizou-se na passada sexta-feira, em Lisboa, e contou também com a presença de António Vitorino, convidado a participar na discussão. Os temas em análise foram a Convenção sobre o Futuro da Europa, com particular destaque para a constituição europeia, que nos últimos tempos tem vindo a ser objecto de intensas discussões.

As propostas franco-alemãs estiveram particularmente no centro da discussão, não só a instituição de uma dupla presidência do Conselho e da Comissão, mas também as outras de que praticamente não se tem falado, como o reforço do papel dos parlamentos nacionais e a acção



externa da União.

O objectivo destes encontros é apreciar de uma forma detalhada a implicação dos temas que têm sido discutidos no âmbito da Convenção sobre o Futuro da Europa e analisar as diferentes posições

que têm vindo a ser tomadas pelos vários intervenientes, quer a nível nacional quer comunitário.

A importância dos temas justifica um debate interno aturado, de forma a que se encontre um

pensamento comum relativamente às questões europeias.

Recorde-se que esta é a terceira vez que os socialistas fazem este tipo de reuniões. A anterior realizou-se em Alcácer do Sal e teve igualmente como objectivo fazer um ponto da situação do debate sobre as grandes questões relacionadas com o futuro da Europa.

Daí que, além do secretário-geral, Ferro Rodrigues, estejam sempre presentes nestas reuniões os representantes socialistas do Parlamento nacional e do Parlamento Europeu na Convenção, o coordenador dos Assuntos Europeus, o líder do grupo parlamentar, o presidente da delegação socialistas no Parlamento Europeu. Desta vez a reunião contou também com a presença de António Vitorino, que além de comissário responsável pela Justiça e Assuntos Internos, é também um dos membros da Comissão Europeia na Convenção sobre o Futuro da Europa. P.P.

HELENA TORRES MARQUES DENUNCIA

BANCOS VIOLAM REGULAMENTOS NOS LEVANTAMENTOS FORA DO PAÍS

A cobrança pelos bancos portugueses de comissões indevidas por levantamentos bancários, vai ser denunciada na próxima segunda-feira pela eurodeputada Helena Torres Marques, membro da comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu.

A eurodeputada socialista fará a sua conferência de imprensa na Centro Jean Monet, em Lisboa, na sequência das muitas queixas que tem recebido e dos avisos que tem feito a instituições bancárias portuguesas, sem que isso tenha surtido até agora qualquer efeito. Participou, inclusivamente, numa audição na Assembleia da República para denunciar estas situações.

Helena Torres Marques irá inclusivamente revelar o nome dos bancos que estão a ter este procedimento ilegal, já que viola regulamentos comunitários sobre a livre circulação de capitais. As mesmas advertências serão feitas pela eurodeputada a propósito das transferências interbancárias, que a partir de Julho próximo deverão igualmente deixar de ser alvo de quaisquer comissões. Entre outras coisas, as transferências interbancárias são uma das principais formas de operar das PME.

Futuro da Europa em Beja

A eurodeputada Helena Torres Marques, em

conjunto com o deputado Alberto Costa, representante da Assembleia da República na Convenção sobre o Futuro da Europa, realizaram em Beja, na Biblioteca José Saramago, uma discussão pública sobre o futuro da Europa e os trabalhos da Convenção.

Numa sala que encheu por completo, os deputados, acompanhados pelo presidente da Federação do PS de Beja, Luís Pita Ameixa, responderam às perguntas dos presentes, que se centraram essencialmente em aspectos concretos das políticas sociais e de coesão da União Europeia.

“As pessoas queriam sobretudo saber se, perante esta ofensiva que o Governo está a fazer em Portugal contra os direitos das pessoas, não estaria a ir contra as políticas e os princípios da União Europeia em matérias como o emprego e a saúde”, afirmou Helena Torres Marques.

Os presentes manifestaram igualmente muito interesse em saber se no futuro Portugal iria manter o seu peso nas instituições europeias e se as políticas de coesão se manteriam.

“As pessoas querem mais Europa, por ser mais social do que este Governo do PSD está a ser”, afirmou a eurodeputada.

EMPRESAS

MANUEL DOS SANTOS INTERROGA COMISSÃO SOBRE NOVA DESLOCALIZAÇÃO

Depois da C. J. Clark em Castelo de Paiva, foi a vez da empresa alemã de confeções Gerry Weber, de Figueiró dos Vinhos, fechar as portas. O eurodeputado Manuel dos Santos, que já antes tinha interpelado a Comissão Europeia a propósito da Clark, voltou agora a pedir esclarecimentos sobre o encerramento de mais uma empresa que sai de Portugal à procura de mão de obra barata, deixando no desemprego

centena e meia de trabalhadores.

Manuel dos Santos quis saber se a Comissão Europeia foi ou não notificada sobre a deslocalização da Gerry Weber, já que a empresa recorreu a “assináláveis” fundos comunitários, além de outros benefícios, para se instalar em Portugal.

“Não desconheço que a Comissão Europeia, enquanto guardiã da legislação comunitária,

deve privilegiar a circulação e as regras do mercado, embora lhe compita também assegurar-se do total cumprimento dos contratos de localização”, afirma o eurodeputado socialista na sua interpelação. Não tendo a Comissão sido notificada, Manuel dos Santos pretende saber o que fará e, em relação ao futuro, se encara “elaborar legislação comunitária que, não violando o princípio de

livre circulação e as regras de mercado, possa ajudar a limitar estas operações especulativas, lesivas dos interesses das pessoas e das regiões e violadoras do verdadeiro espírito das ajudas comunitárias”.

Aquela empresa alemã tem filiais na Turquia e na Tunísia, países para onde se pensa que agora deslocalizará a unidade que laborava em Figueiró dos Vinhos.

MARIA CARRILHO EM ENTREVISTA AO ACÇÃO SOCIALISTA

UNIÃO DEVIA TER ESTRUTURA DE DEFESA INDEPENDENTE

A União Europeia deveria ter uma estrutura de defesa independente da NATO, considera em entrevista ao "Acção Socialista" a eurodeputada Maria Carrilho, especialista em assuntos de defesa. No entanto, antes de se dar um passo dessa dimensão, a eurodeputada considera que seria necessário criar primeiro uma política externa comum sólida.

Quanto à anunciada criação da Força de Reacção Rápida, considera que pode ser o início de um processo de coordenação e operacionalização da União Europeia em matéria de força militar.

A presidência grega da União Europeia garantiu que a União Europeia terá até final do semestre uma Força de Reacção Rápida. Que significado tem para a Europa esta estrutura de defesa?

A Força de Reacção Rápida (FRR) não constitui um instrumento decisivo para uma defesa europeia. Contudo, pode ser o início de um processo de concretização das capacidades de coordenação e operacionalização da União Europeia em matéria de força militar.

Uma vez que a Força de Reacção Rápida pode realizar missões externas, em que condições deverá fazê-lo?

O tipo de missões a efectuar pela FRR devem, em meu entender, limitar-se inicialmente



àquelas que forem consensuais entre os Estados-membros. Em primeiro lugar, há que promover nos países da União a coesão interna à volta dos temas de defesa. Portanto, a FRR deverá desempenhar tarefas de apoio militar a ajuda humanitária (Petersberg). Tendo em

vista o seu carácter estruturante, também deve ser utilizada para acções urgentes no âmbito da PESC (Santa Maria da Feira).

A indefinição em termos de ligação à NATO e de financiamento da Força de Reacção

Rápida não poderão comprometer esta estrutura?

É um risco. A ligação à NATO é, por enquanto, incontornável, por várias razões. O financiamento também é um problema, num período em que os países europeus cortaram nos gastos militares. Mas já em 2000 foi estabelecida uma nova linha orçamental - B7-671 - que previa 30 milhões de euros em 2001 e 40 milhões de euros nos anos seguintes. É claro que, com um financiamento relativamente tão baixo, a FRR só pode sobreviver se utilizar as capacidades NATO.

A União Europeia devia ter uma estrutura de defesa independente da NATO?

Deveria, mas a prioridade, na minha opinião, é acentuar convergências e fomentar a coesão entre os Estados Membros quanto à Política Externa Comum.

A questão da forma de decisão sobre a utilização da FRR é um ponto extremamente delicado, e deve ser cuidadosamente equacionado pelos países pequenos e médios.

Porque razão a União Europeia não consegue criar uma identidade europeia de defesa?

Em poucas palavras: porque só se pode defender aquilo que se quer defender.

P.P.

ANTÓNIO VITORINO FALADO PARA A NATO

O jornal britânico "Financial Times" e a agência noticiosa Reuters apresentaram na semana passada o comissário António Vitorino como um dos prováveis sucessores do actual secretário-geral da NATO, George Robertson, que termina o seu mandato em Dezembro de 2003.

Estas notícias, que foram amplamente divulgadas na imprensa nacional, não foram confirmadas nem desmentidas por António Vitorino, que na semana passada esteve em Lisboa para participar em debates organizados pelo Grupo Parlamentar do PS e no lançamento do livro "Southern Europe and the Making of European Union", coordenado por Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto.

De referir, no entanto, que é raríssimo um comissário europeu interromper o mandato para assumir outras funções.

O comissário português termina o seu mandato na Comissão em 2004.

Juntamente com os nomes de António Vitorino circularam os nomes do presidente polaco Aleksander Kwasniewski, que se apressou a negar o seu interesse, e o dos ministros ou ex-ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa de Itália, Holanda e da Noruega (dois).



INTERNACIONAL SOCIALISTA QUER ESTREITAR RELAÇÕES COM ONU

A Internacional Socialista quer estreitar as relações com as Nações Unidas. Disso mesmo dá conta a carta que António Guterres enviou a Kofi Annan na sequência da realização, no passado dia 20 e 21, do Conselho da Internacional Socialista, em Roma.

"Na qualidade de presidente da Internacional Socialista, escrevo-lhe para lhe manifestar o apoio total da nossa família política à sua acção pessoal relativamente à crise do Iraque e, em geral, quanto ao reforço da autoridade das Nações Unidas na definição das operações de manutenção e reforço da paz", escreve o presidente da Internacional Socialista.

Na carta, António Guterres dá conta das conclusões do último Conselho da IS, sublinhando que os temas principais foram o Iraque e o Médio Oriente.

No sentido de manter uma proximidade com as Nações Unidas, é feita uma resenha das posições que a IS tem assumido relativamente a diversos assuntos da chamada agenda global, pretendendo aprofundar este tipo de relacionamento para o futuro.

"A Internacional Socialista tem a paz como o seu principal objectivo e sempre cooperou com as Nações Unidas. Desejamos que no futuro possamos aprofundar esta cooperação", conclui a carta.



CAVACO CONTRA-ATACA



PEDRO ADÃO E SILVA

Jardim. Mas não. Em sucessivas declarações, Cavaco Silva confirmou o dito. Que fique registado. De há uns anos para cá, Cavaco é frequentemente uma caricatura de si mesmo, por vezes ao quadrado. Trata-se, afinal, de mais uma prova de que a história parece mesmo repetir-se: primeiro como tragédia, depois como farsa. Estamos, claramente, no domínio do farsico.

A nova proposta enquadra-se numa das mais arreigadas e perversas tradições de que Cavaco é destacado arauto. A desconfiança em relação aos políticos, à democracia e aos seus mecanismos de controlo. Hoje, como ontem, temos o Cavaco desconfiado, escondido do jogo democrático, domínio exclusivo de espíritos menores e lugar de disputas estereis e inconsequentes. Um Cavaco que paira por cima de uma classe que detesta e não respeita, mas da qual faz parte e que é, no fundo, a única e exclusiva razão da sua existência pública. O homem nunca levou a democracia a sério, o preocupante é que o seu partido e a democracia o levem a sério. Convém, aliás, não esquecer que quem não se faz respeitar não

merece respeito.

Numa altura em que os sintomas de desconfiança em relação ao sistema aumentam, em que a intensificação de tendência para nos tornarmos uma “democracia de casos” é crescente, é preocupante que um agente do sistema proponha como solução para os problemas existentes a acentuação da própria deslegitimação do sistema. É disso que se trata quando, para lidar com uma questão eminentemente política, a fórmula encontrada passa por se recorrer a uma comissão de especialistas de “reputação indiscutível e independente do poder político” – eu, felizmente, conheço muito pouca gente que cumpra os dois critérios.

Trata-se, no fundo, de um reconhecimento de que o sistema não tem mecanismos eficazes de avaliação e controlo da sua própria actividade. Ao mesmo tempo que se transmite a ideia nefasta de que em relação ao défice, ou a qualquer outra área da acção pública, existem escolhas neutras e baseadas numa cientificidade objectiva. Se continuarmos a deixar que faça caminho a perspectiva segundo a qual grande parte das respostas às questões públicas são melhor respondidas por especialistas do que através da acção política, estamos a deixar que se instale a indiferenciação entre as políticas de esquerda e de direita, contribuindo para uma indiferenciação perversa entre os partidos do arco da governação, o PS e o PSD. Mais grave ainda, estamos a contribuir para uma visão da política como actividade desnecessária. Isto é tanto mais preocupante quando esse sentimento é partilhado por grande parte da população.

Nos tempos que correm, nada de mais pernicioso poderia acontecer à democracia portuguesa do que usar remédios que, em lugar de curar os problemas existentes, acentuam a patologia. A proposta do Dr. Cavaco cavalga, claramente, uma perversa onda de distanciamento e anomia em relação à democracia, mas não deixa por isso, ela mesma, de ter um conteúdo político. Contudo, um conteúdo não democrático e que não visa resolver os problemas que a democracia enfrenta, mas, sim, intensificá-los.

O caminho tem de ser naturalmente outro. Dignificar as instituições, nomeadamente o Parlamento e melhorar os sistemas de controlo democráticos. O que Portugal precisa é claramente de mais e melhor democracia, nunca menos e pior. Há que ir lembrando estas coisas, pois o futuro próximo poderá torná-las questões muito prementes. E há que lembrar sempre que as armas do Dr. Cavaco são as de sempre e, como sempre, perigosas. São armas que mobilizam as mais elementares suspeições em relação à democracia. Suspeições que trinta anos depois se mantêm profunda e persistentemente presentes na sociedade portuguesa.

A IGUALDADE DOS EUROPEUS: POSIÇÕES NA CONVENÇÃO



ALBERTO COSTA*

1. O problema da *igualdade dos europeus* é uma das questões realmente sérias suscitadas por uma reforma institucional como a que está a ser discutida na Convenção sobre o Futuro da Europa, que tem em vista um projecto de Constituição europeia.

Não basta, como alguns sustentam, que as instituições expressem e ponham em prática o princípio da igualdade dos cidadãos. Para que a igualdade dos cidadãos e povos europeus seja efectiva é preciso que a *igualdade dos Estados* europeus se exprima também com visibilidade na concepção das instituições a emergir da reforma. Uma arquitectura constitucional que, pressupondo a igualdade dos cidadãos, viesse depois a promover, por qualquer forma, a hierquização dos Estados europeus, potenciaría a instabilidade e o conflito em vez da coesão.

É que um desenvolvimento democrático e

constitucional dum sistema político europeu que coexista com sistemas políticos nacionais (uma *Europa de Estados e de povos* e não um *Estado europeu*), requer uma garantia reforçada da *eurodiversidade* e em especial uma tradução do princípio de igualdade dos Estados no âmbito das principais *funções* desse sistema.

Na reforma da *função legislativa*, a igualdade dos Estados deve traduzir-se no âmbito dum *Conselho Legislativo*, verdadeira câmara dos Estados, que discuta e delibere à vista dos povos e que compartilhe o poder legislativo com o Parlamento Europeu, autonomizando-se assim necessariamente do actual figurino do Conselho. A possibilidade de debates e votações com publicidade e a garantia da igualdade dos Estados no âmbito dessa Câmara Legislativa fariam mais pela legitimação da Europa do que a maior parte das reformas orgânicas que estão propostas.

Na reforma da *função executiva*, a solução amiga da igualdade referente à composição da Comissão, recentemente ratificada por todos os Estados da União, é um bom campo de aplicação para a regra de que não nos devemos precipitar a deitar fora o que não está mal, para ir buscar pior.

Na reforma do Conselho, e em particular na reformulação da Presidência, alguns políticos gostam de pensar que critérios de continuidade ou de *full time* são mais importantes para a eficácia política do que a presença dum *critério de igualdade* que se revista de efectividade e visibilidade, que aqui valorizamos. Importa no entanto que uma reforma global do Conselho, que considere a sua dupla vertente, não se afaste da actual solução em matéria da presidência sem que esteja salvaguardada *uma resposta global satisfatória para o reconhecimento do princípio da igualdade*.

Temos, no debate europeu, falado muito da importância da legibilidade e da visibilidade nas instituições. Pois bem: a visibilidade institucional mais preciosa para a coesão entre os povos europeus é a que em

todos possa suscitar uma genuína percepção do reconhecimento da igualdade dos seus Estados. E, por isso, soluções propostas, nomeadamente as mais recentes, que emitem a mensagem oposta, não servindo uma ideia igualitária da Europa, só podem ameaçar a aprovação final por parte dos povos. E pôr em crise a ideia de uma Constituição europeia em que todos se possam igualmente rever.

2. A última sessão plenária da Convenção Europeia dissipou desde já uma ilusão: a ilusão de que os membros da Convenção, em termos maioritários ou de qualquer modo significativos, aceitariam construir o futuro da nossa União sob uma lógica presidencialista.

Para muitos de nós, é patente que essa lógica comportaria riscos sérios para a igualdade dos europeus e reactivaria consigo uma visão hierarquizadora dos Estados e dos povos: uma visão hierarquizadora em que já Jean Monnet, nos anos 50, via o maior dos perigos que poderiam ameaçar a Europa.

Sobre essa vasta rejeição, que mais uma vez se manifestou, devemos agora projectar verdadeiros progressos institucionais, inspirados na igualdade e na confiança, que possam ser claramente compreendidos e avaliados pelos eleitores europeus.

Precisamos de poder dizer aos europeus sem ambiguidades: as leis da Europa, que já hoje tanto marcam e condicionam as nossas vidas, vão passar a ser discutidas e votadas pelos representantes dos Estados e dos povos, de forma pública e escrutinável, num verdadeiro *processo legislativo democrático, assente na igualdade dos Estados e dos cidadãos* (com a bicameralidade deliberativa assegurada pelo Conselho Legislativo e pelo Parlamento Europeu). Assim sendo, a presidência dum conselho legislativo autónomo, e a funcionar baseado na igualdade, deve ter uma solução própria: a presidência do Conselho Legislativo da União. É só de seguida que se poderá equacionar a questão da reforma e da importância da continuidade no âmbito do Conselho executivo, e sua Presidência, pensando em especial nas exigências da dimensão externa.

Precisamos também de dizer aos europeus: a Comissão Europeia e o seu Presidente vão ser objecto de uma investidura e de uma estrita responsabilização parlamentar, à altura das melhores práticas constitucionais europeias. À luz dessas práticas, a solução que é de longe preferível é ocorrer primeiro a indigitação pelo Conselho Europeu e só depois a votação pelo PE. A via inversa, que consta de várias propostas, introduz mais factores de perversão do que reais benefícios.

Em todos estes debates não nos podemos deixar impressionar por argumentos de aparência técnica, por exemplo sobre a eficácia da Comissão como limite ao princípio da igualdade dos Estados. É absurdo sustentar, em sede política, que 20 é sempre melhor que 25 ou que 25 é sempre melhor que 30. A verdade é que argumentos também desta natureza contra as presidências rotativas valem politicamente bem menos do que a sua insistente repetição parece sugerir.

E os europeus não poderiam compreender que nos envolvêssemos, em simultâneo, na valorização de dois presidentes como centros relevantes de responsabilidade. A mensagem de complicação, confusão, paradoxo e duplicação anularia quaisquer eventuais efeitos benéficos. Deve pois defender-se uma linha de reforço de uma, e de uma só, presidência duradoura a *full time*, da Comissão. Para isso sujeitemo-la e à Comissão a um controlo parlamentar pleno, valorizando o papel político do Parlamento Europeu.

* Representante da Assembleia da República na Convenção sobre o Futuro da Europa

VISTO DE BRUXELAS

OS NÚMEROS

Os números sempre causaram uma atracção irresistível sobre as pessoas. É sempre mais fácil ganhar um debate, consolidar um argumento ou eliminar uma controvérsia com a apresentação “soberana” da prova quantitativa. Os números, ao contrário das palavras, não variam de sentido conforme a entoação e as circunstâncias e, sobretudo, permitem-nos comparar no tempo e no espaço situações que, à partida, dificilmente poderiam ser articuláveis. Só que os números são exigentes e quando usados, sem cuidado e displicentemente, vingam-se de forma cruel e irremediável. Se atentarmos bem toda a discussão política se faz à volta dos números, o que é estranho sabendo-se que a maioria dos agentes políticos são quase sempre refractários ao uso (e compreensão) dos argumentos quantitativos da vida. O PIB, o desemprego, o investimento, a despesa, os juros, os salários, a distribuição funcional do rendimento, as exportações, as importações, a carga fiscal, o défice, etc., etc, só são “compreensíveis” quando explicados pela exibição majestática de uma cifra. Como a maior parte das pessoas não tem, no imediato, outro número à mão, fica bem, numa discussão exibir índices, séries numéricas ou simples percentagens que abalem e convençam os interlocutores. A ditadura do número é particularmente visível na área das finanças públicas e da economia. O número mais exibido e usado no último ano em Portugal foi seguramente o algarismo 3. E não foi por se tratar de um número com características especiais; trata-se, efectivamente, de um número primo que possui a magia de todos os números primos e surge sempre associado aos ritmos e rituais sagrados da nossa vida. Em Portugal, o 3 foi usado para justificar determinadas políticas financeiras e sociais, associando-o à imperatividade de conseguir limitar o desequilíbrio das contas públicas a esse nível. A obrigatoriedade de consolidar as finanças públicas, limitando a despesa e estabilizando as políticas fiscais, decorre dos Tratados da União Europeia e está associada à criação de condições para o aparecimento da moeda única. O valor 3 está referido num Protocolo anexo aos Tratados e associado à proibição para os países membros, de apresentarem sistematicamente, défices públicos excessivos. Pouca gente sabe porque é que foi fixado o valor 3 como limite máximo para o défice; realmente este número surgiu de forma indirecta. O que preocupou prioritariamente os Chefes de Estado e de Governo que definiram os critérios de convergência nominal foi o excessivo endividamento público. O valor médio da dívida pública dos países da União rondava então os 60 por cento (note-se que 60 também é um número interessante porque, não sendo primo, foi valorizado pela cultura babilónica que o legou sob a forma de partição do tempo) e foi reconhecido que seria intolerável ultrapassar este valor. Como as perspectivas de crescimento nominal eram nesse ano (1992) de 5 por cento - um número primo que se decompõe ele próprio em 2 novos números primos: o 3 (desejável crescimento real) e o 2 (como limite para a inflação) - o valor do défice compatível com a exigência de uma dívida pública inferior a 60 por cento é, nas circunstâncias descritas, o 3. Desta forma o 3 se impôs e passou a orientar toda a discussão sobre as Finanças Públicas no seio da União tendo-se construído à sua volta as mais bizarras e inconsequentes teorias. A irracionalidade de toda esta construção teórica supostamente científica, é tão grande que a distância que separa o paraíso do inferno no campo das finanças públicas se reduz ao valor irrelevante de 0,1 por cento (1 é igualmente um número primo) ou seja 3 por cento é mau, mas 2,9 por cento já será bom porque não viola a regra dos défices excessivos (curiosamente também o número 29 é um número primo). Outro exemplo interessante acerca da ditadura dos números, tem a ver com a discussão feita em Portugal sobre as consequências do alargamento da União Europeia, na visão estreita da perda de fundos estruturais comunitários. Para lá de outras e mais profundas considerações que deveriam ser feitas (e não são) sobre o alargamento e o seu impacto na economia portuguesa, os cépticos da nossa cultura económica argumentam com o enriquecimento estatístico que ocorrerá em Portugal, com a chegada à União de 10 novos países (ou 12) com uma riqueza média inferior, colocam em risco a elegibilidade para acesso aos fundos estruturais, de um número significativo de regiões portuguesas. Por isso, o Governo tentou recentemente um novo modelo de organização espacial que eliminaria esse risco, decompondo algumas das nossas regiões mais ricas, em duas ou mais regiões pobres. A sustentabilidade deste raciocínio que, como sempre, assenta no pressuposto de que o destino português é, eternamente, o de viver com fundos, apoia-se em estatísticas, números índices e comparações. Ora se é verdade que os números, pela sua própria natureza e identidade, não mudam, não é menos verdade que variam, e muito, as circunstâncias da sua aplicação e os pressupostos do seu cálculo. Contra todas as expectativas a Comissão Europeia acaba de divulgar números para todas as regiões da União, números determinados no quadro dos actuais 15 países que a constituem, mas também no enquadramento mais amplo dos 25 países que a curto prazo a virão a integrar. A boa notícia (ou será a má?) é a de que Portugal mantém a maioria das suas regiões (a excepção são Lisboa e Vale do Tejo e a Madeira) abaixo do limite fatídico do desenvolvimento dos 75 por cento que assegura plenamente o acesso aos fundos comunitários.

Dir-se-à que esta é a situação de partida e necessariamente mutável, o que é verdade, mas ninguém pode excluir a possibilidade no futuro (se tal se verificar como politicamente correcta) de alterar as bases de cálculo, as regras da imputação e os critérios para a elegibilidade dos agregados estatísticos conformando-os à nova e ajustada ordem. Para que conste, registro e reconheço que o 75 não é um número primo, o que me deixa desta vez, um pouco mais preocupado. Pode, pois, concluir-se que mais importante que o cumprimento formal das metas (medidas em números) é o esforço sério de todos rumo a progresso e ao bem-estar material e social, respeitando as pessoas. Para isso é preciso definir políticas ancoradas num projecto e orientadas para objectivos claros, perceptíveis e mobilizadores. A política de “sedução” do actual Governo, em volta de metas quantitativas transformadas em ameaças e perigos, é castradora e limitadora de um futuro melhor. A verdade matemática é imutável; está para além da realidade física. Mas a verdade matemática que interessa na política constrói-se com as pessoas e sempre ao seu serviço. Só esta é a verdadeira lição dos números.



MANUEL DOS SANTOS

Para lá de outras e mais profundas considerações que deveriam ser feitas (e não são) sobre o alargamento e o seu impacto na economia portuguesa, os cépticos da nossa cultura económica argumentam com o enriquecimento estatístico que ocorrerá em Portugal, com a chegada à União de 10 novos países (ou 12) com uma riqueza média inferior, colocam em risco a elegibilidade para acesso aos fundos estruturais, de um número significativo de regiões portuguesas. Por isso, o Governo tentou recentemente um novo modelo de organização espacial que eliminaria esse risco, decompondo algumas das nossas regiões mais ricas, em duas ou mais regiões pobres. A sustentabilidade deste raciocínio que, como sempre, assenta no pressuposto de que o destino português é, eternamente, o de viver com fundos, apoia-se em estatísticas, números índices e comparações.

REGULAMENTO ELEITORAL DOS CONGRESSOS DAS FEDERAÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º Do Congresso da Federação

O Congresso da Federação é órgão de apreciação política do PS na área geográfica abrangida, competindo-lhe, por um lado, debater programas ou moções de orientação política e questões políticas de âmbito distrital ou regional, gerais ou sectoriais, e, por outro lado, eleger a Comissão Política da Federação, a Comissão Federativa de Jurisdição e a Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira.

Artigo 2º Comissão Organizadora do Congresso (COC)

- Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação, a Comissão Política da Federação elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.
- Compete à COC:
 - assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso;
 - elaborar o regimento do Congresso da Federação, a distribuir por todos os delegados antes do início dos trabalhos do Congresso da Federação.
 - proceder à recepção de moções, textos de orientação e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso da Federação;
 - determinar o local da realização do Congresso da Federação;
- As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples.

Artigo 3º Composição do Congresso da Federação

- O Congresso da Federação é constituído nos

termos do artigo 49º dos Estatutos do Partido Socialista.

- Os delegados eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial serão designados em Assembleia Eleitoral, nos termos do presente regulamento.

Artigo 4º (Capacidade eleitoral)

- Só poderão participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até seis meses antes da mesma, que constem do recenseamento actualizado, enviado extraordinariamente pelo Secretariado nacional de organização e que tenham regularizado o respectivo pagamento de quotas.
- Os militantes das secções sectoriais que optem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nas secções de residência devem comunicar tal opção por escrito ao Secretariado Nacional até 8 dias após a divulgação do recenseamento actualizado.
- Só poderão ser eleitos delegados ao Congresso da Federação os militantes inscritos até 6 meses antes da Assembleia Eleitoral.

Artigo 5º Da eleição dos delegados ao Congresso da Federação

- A Assembleia Eleitoral do Congresso da Federação decorrerá em tantas mesas de voto como o número de secções de residência e sectoriais.
- Os delegados eleitos ao Congresso da Federação, em número a definir pela COC, são eleitos através do sistema de representação proporcional pelo método da média mais alta de Hondt, devendo os candidatos considerar-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
- Os delegados por inerência ao Congresso da Federação e com direito a voto não podem

exceder um quarto do número total de delegados eleitos.

- Cada delegado ao Congresso da Federação só pode ser proponente de uma lista para cada órgão federativo e ser candidato numa única lista.
- Compete à mesa da Assembleia geral de cada secção, ou na sua ausência em quem a Comissão Política Concelhia designar, orientar os trabalhos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos, bem como a elaboração da acta.

Artigo 6º Apresentação de listas

- As listas de candidatos a delegados ao Congresso da Federação deverão ser entregues à COC até ao 5º dia anterior ao acto eleitoral.
- De cada lista de candidatos a delegados ao Congresso da Federação deverão fazer parte um número de suplentes não inferior a metade mais um dos efectivos.
- As listas de candidatos deverão ser acompanhadas do respectivo programa ou moções de orientação política, bem como das declarações de aceitação de candidatos.

CAPÍTULO II ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 7º Convocatória

- A Assembleia é convocada simultaneamente com a Assembleia Eleitoral que procede à eleição do presidente da Federação.
- A Assembleia Eleitoral é convocada pela Comissão Política da Federação, mediante aviso enviado a todos os inscritos até 8 dias antes da data marcada para a Assembleia Eleitoral.
- Do aviso constará, obrigatoriamente, a Ordem de Trabalhos, tendo como ponto a "Eleição dos Delegados ao congresso da Federação", bem como o período de funcionamento da Assembleia Eleitoral.
- A Assembleia Eleitoral deverá realizar-se até ao 15º dia anterior à data do Congresso, em data a determinar pela Comissão Política da Federação, funcionando pelo mínimo de quatro horas seguidas e podendo realizar-se em dois dias consecutivos.

Artigo 8º Acta da Assembleia Eleitoral

- Da Assembleia Eleitoral será lavrada acta da qual deverão constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral e nomeadamente:
 - relação nominal das listas de candidatos e

- respectivas moções;
- número de votos entrados nas urnas;
- resultados finais da votação;
- Identificação dos delegados eleitos;
- lista nominal dos votantes;

- Da acta deverá ser afixada no local da Assembleia Eleitoral, uma cópia, sendo o original enviado, de imediato para a COC.
- Das deliberações da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a COC, no prazo de 2 dias, a contar da afixação da acta.
- Os recursos das referidas deliberações devem ser decididos pela COC, no prazo máximo de 2 dias, sobre o fim do prazo de recurso.

Artigo 9º Número de delegados

O número de delegados a eleger por cada secção, determinado nos termos do n.º 2 do artigo 5º do presente regulamento, será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção e constantes do recenseamento actualizado.

Artigo 10º Candidaturas aos órgãos da Federação

As listas de candidatos aos órgãos da federação, com excepção das candidaturas a presidente da Federação, deverão ser apresentadas no Congresso da Federação, no prazo e nos termos do regimento, e subscritas pelo número de delegados exigido estatutariamente, de acordo com os n.ºs 3 e 4 do artigo 47º.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11º Interpretação e integração

A interpretação e a integração de lacunas deste regulamento cabem à COC de cada Federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

Artigo 12º Reclamação

Do recenseamento actualizado, cabe reclamação, no prazo de uma semana, a qual deve ser decidida, no prazo de 3 dias pelo Secretariado Nacional.

Artigo 13º Recurso

- Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas, para a Comissão federativa de Jurisdição, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.
- Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 48 horas, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.



REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Do Presidente da Federação

O Presidente da Federação coordena e assegura a orientação política do Partido na área da Federação e vela pela aplicação das deliberações dos órgãos federativos.

Artigo 2º Comissão Organizadora do Congresso (C.O.C.)

- Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação, a Comissão Política da Federação elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.
- Para além do estabelecido no regulamento dos Congressos Federativos, compete à COC a preparação e organização do processo eleitoral do Presidente da Federação.

Artigo 3º (Capacidade Eleitoral)

- Só poderão participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até seis meses antes da mesma, que constem do recenseamento actualizado, que tenham regularizado o respectivo pagamento das quotas.
- Os militantes das secções sectoriais que optem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nas secções de residência devem comunicar tal opção por escrito ao Secretariado Nacional até 8 dias após a divulgação do recenseamento actualizado.

- Só poderão candidatar-se ao cargo de Presidente da Federação os militantes inscritos até 6 meses antes da Assembleia Eleitoral.

Artigo 4º Da eleição do Presidente da Federação

- A Assembleia Eleitoral do Presidente da Federação decorrerá em tantas mesas de voto como o número de secções de residência e sectoriais, em simultâneo com a eleição dos delegados ao Congresso.
- O presidente da Federação é eleito por sistema de lista uninominal e sufrágio directo, considerando-se eleito o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos expressos.
- Quando não se verifique a maioria exigida no n.º2, realizar-se-á nova Assembleia Eleitoral, após 7 dias da primeira, entre os dois candidatos mais votados.
- Compete à Mesa da Assembleia Geral da Secção, ou na sua ausência em quem a Comissão Política Concelhia designar, orientar os trabalhos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos, bem como a elaboração da acta.

Artigo 5º Apresentação de candidaturas

- As listas de candidatos a presidente da federação deverão ser entregues à COC até ao 15º dia anterior do acto eleitoral.
- As candidaturas a presidente da Federação são propostas por um mínimo de 2% ou 80 militantes inscritos na área da Federação, de acordo com o n.º 5 do artigo 47 dos Estatutos, devendo ser acompanhadas do

respectivo programa ou moções de orientação política.

CAPÍTULO II ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 6º Convocatória

- A Assembleia Eleitoral é convocada simultaneamente com a Assembleia eleitoral que procede à eleição dos delegados ao congresso da Federação.
- A Assembleia Eleitoral é convocada pela Comissão Política da Federação, mediante aviso enviado a todos os inscritos até 8 dias antes da data marcada.
- Do aviso constará, obrigatoriamente, a Ordem de Trabalhos, tendo como ponto a "Eleição do Presidente da Federação", bem como o período de funcionamento da Assembleia Eleitoral.
- A Assembleia Eleitoral deverá realizar-se até ao 15º dia anterior à data do congresso, em data a determinar pela Comissão Política da Federação, funcionando pelo mínimo de quatro horas seguidas e podendo realizar-se em dois dias consecutivos.

Artigo 7º Acta da Assembleia Eleitoral

- Da assembleia eleitoral será lavrada acta da qual deverão constar todos os elementos relevantes da mesma e nomeadamente:
 - relação nominal das listas de candidatos e respectivas moções;
 - número de votos entrados nas urnas;
 - lista nominal dos votantes;
 - resultados finais da votação;

- Da acta deverá ser afixada no local da Assembleia Eleitoral, uma cópia, sendo o original enviado para a COC.

- Das deliberações da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a COC, no prazo de 2 dias, a contar da afixação da acta.

- Os recursos das referidas deliberações devem ser decididas pela COC, no prazo máximo de 2 dias, sobre o fim do prazo de recurso.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 8º Interpretação e Integração

A interpretação e a integração de lacunas deste regulamento cabem à COC de cada federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

Artigo 9º Reclamação

Do recenseamento actualizado, cabe reclamação, no prazo de uma semana, a qual deve ser decidida, no prazo de 3 dias, pelo Secretariado Nacional.

Artigo 10º Recurso

- Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas, para a Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.
- Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 48 horas, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.

CALENDARIZAÇÃO PARA OS CONGRESSOS FEDERATIVOS DE 5 E 6 DE ABRIL 2003

21 ou 22.09.02	6 meses antes	Capacidade eleitoral passiva e activa
4 ou 5.02	60 dias antes	Reunião das Comissões Políticas Federativas para Eleição da COC, marcação da data do Congresso e Assembleia Eleitoral
20.02		Emissão de cadernos eleitorais actualizados
28.02	Até 8 dias após emissão	Reclamação dos cadernos eleitorais actualizados
28.02	Até 8 dias após emissão	Opção do exercício de voto
4.03	3 dias após prazo de reclamações	Emissão de cadernos eleitorais definitivos
6 ou 7.03	15 dias antes do acto eleitoral	Apresentação de Candidatura a Presidente da Federação
13 ou 14.03	8 dias antes do acto eleitoral	Envio de convocatória para Assembleia Eleitoral
16 ou 17.03	5 dias antes do acto eleitoral	Apresentação das listas de delegados ao congresso
21 ou 22.03	15 dias antes do congresso	Realização da Assembleia Eleitoral
23 ou 24.03	Até 2 dias após afixação de acta	Apresentação de recursos à COC
24 ou 25.03	Até 2 dias após apres. de recurso	Deliberação dos recursos apresentados à COC
28 ou 29.03	7 dias após a primeira	Nova Assembleia Eleitoral para a eleição do Presidente da Federação
5 / 6.04		Congressos Federativos

A SEMANA PREVISTA

O secretário-geral do Partido Socialista preside sábado à sessão de encerramento da Convenção Concelhia de Guimarães.

Também no sábado, Ferro Rodrigues inaugura a nova sede do Partido Socialista de Delães, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Com a presença de José Sócrates, realiza-se hoje uma reunião da Comissão Política da Federação do Baixo Alentejo, em que a análise da situação política é o principal ponto da agenda.

Jesus Caldera, líder do Grupo Parlamentar do PSOE, é o convidado de honra do "Clube Parlamentar", que hoje tem lugar na Assembleia da República.

Mário Soares é convidado pelo Secretariado Nacional do PS para a reunião semanal da próxima terça-feira.

Proseguindo as audiências com vista a revisão do Código de Processo Penal, uma delegação de deputados socialistas desloca-se na próxima terça-feira à Procuradoria-Geral da República para um encontro com Souto Moura.

ACCÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

PARTIDO SOCIALISTA

Sede Nacional - Largo do Rato, 2 - 1250 Lisboa
213 822 000
info@ps.pt

GRUPOS PARLAMENTARES

Assembleia da República

Palácio de São Bento - Lisboa
213 919 264
gp_ps@ps.parlamento.pt

PARLAMENTO EUROPEU

Rue Wiertz, Asp 14G358 - Bruxelas
003 222 842 133
pselegpt@europarl.eu.int
Delegação em Portugal
Centro Europeu
Largo Jean Monnet,1 - 1269-070 Lisboa
21 314 23 05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

Rua Marcolino Lima - 9900 Horta - Açores
29 220 76 00/1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA

Av. do Mar - 9000 Funchal - Madeira
291 232 150 / 291 230 107

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha
214 198 105

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



PORTUGAL SOCIALISTA

QUESTÕES EUROPEIAS

Convenção Europeia
Pacto de Estabilidade
Política Agrícola
Agricultura e desenvolvimento

Visite-nos na internet
www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**

castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa